**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO A AGROECOLOGIA EM SANTA CATARINA: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Gabriela de Ávila Nunes; UFSC; avilanunesgabriela@gmail.com

Jean dos Santos; UFSC; jeanfrederico1995@gmail.com

Área Temática 8: Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar

**RESUMO**

A agroecologia tem se consolidado como uma abordagem essencial para o desenvolvimento sustentável da produção agrícola no Brasil, especialmente no estado de Santa Catarina, que se destaca pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela implementação de políticas públicas voltadas à transição agroecológica. O presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas voltadas à agroecologia em Santa Catarina, investigando sua implementação, desafios e impactos na promoção da segurança alimentar, na sustentabilidade ambiental e na redução das desigualdades sociais. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e análise documental, com ênfase no Relatório DAE nº 70/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e outras fontes institucionais, permitindo compreender o alcance e a efetividade das iniciativas voltadas ao setor. Entre os principais instrumentos analisados, destacam-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Peapo) e o Plano Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), fundamentais para incentivar a produção e distribuição de alimentos agroecológicos. Os resultados indicam que, apesar dos avanços na implementação de políticas públicas, ainda há desafios significativos, como a baixa adesão de alguns municípios, dificuldades na regulamentação e limitações financeiras para expansão das iniciativas. Além disso, a análise dos dados do TCE/SC aponta que 98,43% dos municípios não possuem uma lei instituindo a PMAPO, 66,14% não promovem ações de capacitação técnica e 81,89% dos gestores e servidores municipais não participaram de formações sobre agroecologia, evidenciando um gargalo estrutural na implementação dessas políticas. A pesquisa também evidencia impactos positivos dessas políticas na qualidade de vida das famílias agricultoras, no acesso a alimentos saudáveis e na promoção de sistemas alimentares sustentáveis, contribuindo para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 2, que trata da segurança alimentar e agricultura sustentável, e o ODS 12, que aborda o consumo e produção responsáveis. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas de agroecologia em Santa Catarina requer uma maior integração entre os diferentes níveis de gestão, bem como aampliação do suporte técnico e financeiro aos agricultores e mecanismos mais eficazes de monitoramento e avaliação dos impactos das ações implementadas, consolidando a agroecologia como uma estratégia viável para a sustentabilidade do setor agrícola.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.